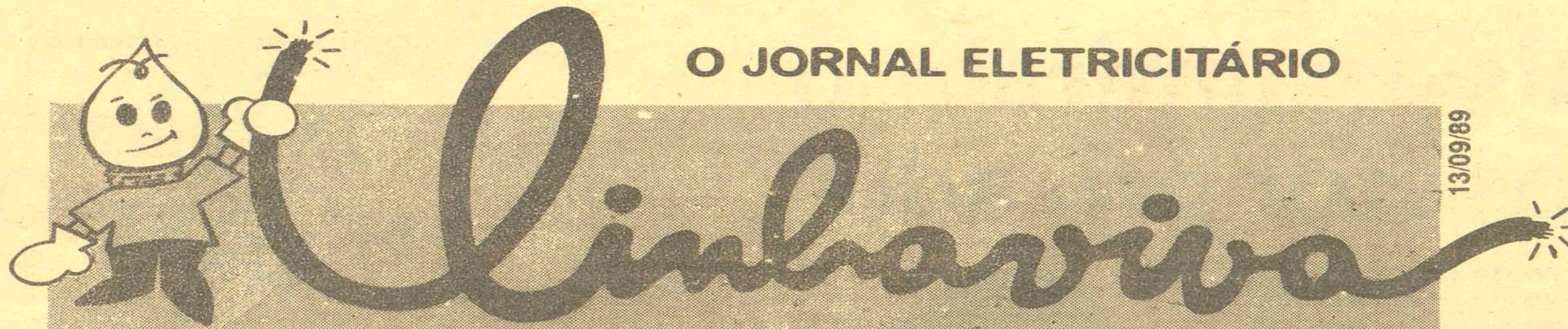




Intersindical Eletricitários SC

JORN. RESP. DRT/RS 6166

Nº 68

Primeira rodada:

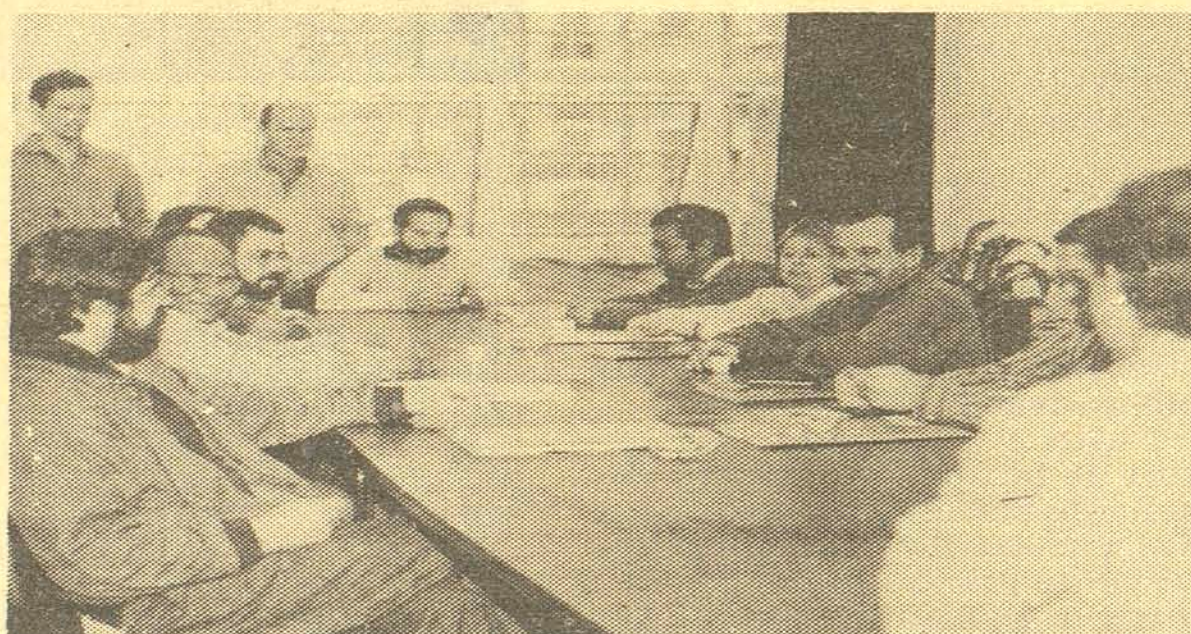
Intersindical ficou só na mesa de negociações

Pontualmente às 15 horas de sexta-feira, dia 08/09, a representação da Intersindical compareceu à sala de reuniões do 5º andar do edifício Conceição Maia, para a primeira rodada de negociações com a CELESC, nesta Campanha Salarial. Na sala estavam dois assessores da Empresa, mas nenhum diretor.

Mas a reunião acabou não se efetivando. Os prepostos da Empresa afirmaram que a reunião só teria início se houvesse apenas um representante de cada sindicato e mais ninguém. Nem mesmo as assessorias jurídicas e econômicas da Intersindical poderiam participar, embora a CELESC estivesse representada por dois assessores técnicos.

Segundo os assessores da Empresa, foi uma "falta de cortesia" dos sindicatos não terem aceitado a imposição apresentada a eles através de uma carta em que o vice-presidente da Empresa diz que só aceitará um por sindicato. O conceito de cortesia é muito estranho neste caso, pois justamente o "anfitrião" não se fez presente.

A Empresa cometeu um duplo erro: primeiro tentou ditar aos sindicatos a forma de representação nas negociações, o que não compete aos diretores da CELESC; segundo, inviabilizou por uma questão menor, uma negociação em relação à qual há uma enorme expectativa por parte dos celesquianos, caracterizando um desrespeito.



Diretores da CELESC não compareceram na reunião

As 15h e 40min. o vice-presidente ainda não havia chegado. Mas um dos assessores, que havia saído da sala, retornou para comunicar que a reunião não se estabeleceria, pois o vice-presidente, por telefone, considerava que "havia um número excessivo de pessoas para a reunião".

Diante disso, a Intersindical oficializou a sua intenção de negociar, marcando para tanto uma nova reunião para o dia 12, às 15 horas, em local a ser definido pela Empresa.

ELETROSUL paralisou meia hora protestando contra desconto



Foi bem sucedida a "pausa para reflexão" dos empregados da ELETROSUL no dia 31 de agosto. Na sede, em Florianópolis foi grande o número de empregados que participou do ato realizado em frente ao prédio nos primeiros trinta minutos de expediente. Nas demais áreas da empresa ocorreram manifestações deste tipo, caracterizando a disposição de luta da categoria.

O movimento, que foi chamado pelo Comando Nacional dos Eletricitários, foi um protesto contra o desconto de 17,94% nos salários de agosto nas empresas federais do Setor Elétrico.

A mobilização foi considerada um "aquecimento" para a campanha salarial de novembro. As principais reflexões foram sobre a situação das estatais e da ELETROSUL particularmente, avaliando-se as perspectivas para novembro.

Política Salarial: reajustes de setembro

Para o mês de setembro, a Política Salarial prevê os seguintes reajustes:

— Os empregados da ELETROSUL vão receber o IPC de agosto (29,34%) na parcela do salário até NCz\$ 748,41. O que exceder aos três salários mínimos, se-

rá reajustado pelo índice de 23,18% (IPC de agosto menos 5%).

— Os celesquianos têm direito a 67,72%, na parcela até NCz\$ 748,1, e 35,39% no excedente. Isso porque os empregados têm direito a Política Salarial de setembro (29,34%) somado à de junho

(29,67%), devido ao acordo firmado com a CELESC em maio. Na quinta cláusula do acordo ficou garantido que: "havendo em agosto, aumento tarifário superior ao determinado pela legislação salarial para junho/89, esse índice de junho/89 será acrescido ao índice legal de setembro/89".

Querem confundir os celesquianos

Alguém está querendo causar confusão entre os celesquianos na campanha salarial. Está circulando um boletim intitulado "acordo coletivo", que é anônimo e traz orientações absurdas como "procurar a chefia" em caso de dúvida sobre o andamento das negociações. Ora, todo mundo sabe que as informações quentes para os empregados quem tem é a Intersindical.

Não confie em boatos, procure o seu sindicato!

Campanha Nacional:

Ministros recebem pauta unificada

Cerca de 90 pessoas compareceram dias 2 e 3 no Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro para, entre outros itens, discutir a estrutura da Campanha Nacional e reformular o Comando Nacional. Nessa Plenária de Delegados de Base, ficou assim definido o Comando: três representantes de Santa Catarina (Arno Cugnier, Heitor Godri e Warnel Cruz e Souza), dois de Pernambuco, um representante da Bahia, do Ceará, do Rio de Janeiro, do Distrito Federal, de Uberlândia, de Belo Horizonte, do Espírito Santo, do Piauí, de Campinas, do Maranhão, um da Federação e um membro da CUT (Delman Sérgio Ferreira). Também foi definida uma executiva com 11 representantes.

CALENDÁRIO

Na Plenária da Campanha Nacional foi elaborado o seguinte calendário de mobilizações: dia 13/09: entrega da pauta Nacional para os ministros do Trabalho, Minas e Energia, ELETROBRÁS e Empresas; até o dia 24/09, serão promovidos Seminários regionais e por Estado sobre a Campanha Nacional e Privatização das Estatais; 10 de outubro foi definido como o Dia Nacional de Luta em Defesa das Estatais.

Ainda esse mês estará nas mãos da categoria um jornal especial com a pauta da ELETROSUL, juntamente com as reivindicações da Campanha Nacional Unificada.

CELESC

Auditoria fica pronta dia 15

O Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis voltou dia 31 último ao Tribunal de Contas do Estado para saber do andamento da auditoria que está sendo feita na CELESC, para apurar o conteúdo do dossiê: "Gestão Nogert Wiest - Dois Anos de Irregularidades". O documento foi entregue pela entidade no final de junho, mas só no dia 15/09, segundo informação do presidente do Tribunal, Dib Cherem, estará concluída a auditoria.

ENCAMINHAMENTO

Assim que esta etapa for encerrada, os dados levantados serão encaminhados à Assembléia Legislativa. O Sindicato está acompanhando o processo e vai estar atento aos encaminhamentos dados pela Assembléia.

"As estatais assumiram o prejuízo do setor privado"

"Quando o movimento sindical se deu conta do processo, dois setores importantes já estavam completamente privatizados: saúde e educação. Hoje estamos diante da possibilidade de acontecer o mesmo com a Petrobrás e o setor elétrico". Eis uma declaração da palestra proferida pelo responsável pelo Banco de Dados das Estatais do DIEESE, Eduardo Scaletsky. No dia 4, ele esteve no auditório do Sindicato dos Engenheiros falando sobre a privatização das estatais.

Qual a situação atual das Estatais?

E.S. — As estatais hoje se encontram num quadro de profunda crise. O risco que nós corremos é de, prolongando-se esta crise, vermos quebrar o Estado, como aconteceu na Argentina. Uma situação dessas gera colapsos absolutos, especialmente no setor elétrico.

O que determinou a crise nas estatais?

E.S. — São vários os motivos, mas o principal é que as estatais sempre foram utilizadas como instrumento de política econômica. Na década de 70, por exemplo, na crise do petróleo, nós vimos a economia entrando em recessão e o governo obrigando as estatais a se endividarem no exterior para puxar o milagre econômico. O que aconteceu é que as estatais subsidiaram o setor privado. Em todo processo de crise, as estatais arcaram com o prejuízo para que o setor privado tivesse garantido o seu lucro.

Mas se as estatais bancaram o lucro do setor privado, porque hoje os grandes empresários são os maiores defensores da privatização?

E.S. — O problema é que a vaca secou. Se pegarmos a história econômica de cada país, veremos que nos momentos de bom desempenho da economia ninguém reclama do Estado, mas quando o Estado começa a contrair um endividamento excessivo e não pode mais repassar o lucro para o setor privado, então começa a acontecer a briga pelo bolo.

E real trabalharmos com o conceito de estatal rentável ou deficitária?

E.S. — A minha visão é que a estatal tem fundamentalmente um papel social e por isso não se pode exigir dela uma rentabilidade equivalente a de uma indústria privada.

Quais seriam os próximos setores a serem privatizados?

E.S. — O que a iniciativa privada quer é o setor de ponta. Recentemente a privatização de sistema de transmissão de dados via satélite foi impedido por uma greve de empregados da Embratel, a coisa ia passando despercebida e por pouco este setor altamente lucrativo não foi parar nas mãos da iniciativa privada.

Quais as repercussões que o processo de eleição para presidente



pode ter sobre as estatais?

E.S. — Eu tenho medo do fim da festa do governo Sarney. Este momento é perigoso. Vejam que já saiu a lista de Empresas que devem ser privatizadas em cinco meses e o BNDS autorizou a privatização. Ocorre que em cinco meses ninguém faz uma avaliação séria e por isso o que deve acontecer é uma verdadeira rifa das Empresas. Na Europa os processos de privatização duram anos.

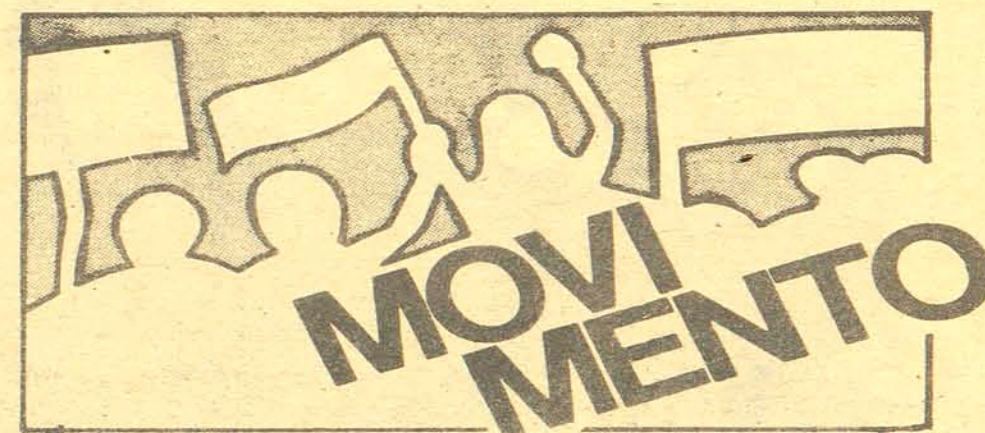
Quais são os principais sintomas de que uma Empresa está se encaminhando para a privatização?

E.S. — O corte de investimentos, como está ocorrendo no setor elétrico, e o crescimento da locação de mão-de-obra. Estes são os principais preparativos para uma privatização.

Reintegração:

Sentenças favoráveis

Mais dois empregados da CELESC obtiveram decisões favoráveis na Justiça quanto a reintegração. Dessa vez foram duas sentenças de reintegração, julgadas pela Junta de Conciliação e Julgamento de Fpolis, nos dias 18 e 22 desse mês.



Resistência

Em resposta "ao governo federal e ao INCRA, que já demonstraram não terem vontade de fazer a Reforma Agrária no país" o movimento dos trabalhadores Sem-Terra de Santa Catarina ocupou, na madrugada do dia 4, três mil hectares em Abelardo Luz e 7.500 hectares da Madeireira Caldato e Crestani. Para estas localidades deslocaram-se 700 famílias. A proposta é entrar, fazer roças e resistir, até que saia um assentamento definitivo.

Paralisação

No dia 5, todas as agências do Besc e a direção geral de Florianópolis paralisaram suas atividades durante uma hora. O mesmo foi feito pelos besquianos de Criciúma, São Miguel do Oeste, Maravilha e Tubarão. A decisão foi tirada em Assembleia Geral da Categoria, dia 31. Nesta mesma ocasião decidiu-se paralisar por tempo indeterminado dia 13, com uma Assembleia no dia 12. A meta é forçar o banco a rerepresentar proposta de revisão da curva salarial.

CELESC

Reconhecida pela Justiça periculosidade integral

Trinta e dois empregados da CELESC obtiveram o reconhecimento pela Justiça do Trabalho do direito ao pagamento integral do adicional de periculosidade. A Empresa não pode mais entrar com recursos, estando o processo em fase de cálculos. Poderiam ter sido 69, os empregados contemplados com o reconhecimento do adicional integral, mas a CELESC ameaçou não conceder aumento por mérito e demitir

quem persistisse com a ação judicial. Com essa pressão 37 celesquianos desistiram, já no decorrer do processo, de pleitear o pagamento integral da periculosidade.

Na CELESC, está se transformando em condição para receber o aumento por mérito não reclamar direitos. Mas os que persistem na luta como os 32 do processo da periculosidade integral, acabam conquistando seu direito.

Avaliação de desempenho vira instrumento de poder na CELESC

O processo de avaliação de desempenho está causando sérios problemas na CELESC. Para se ter uma idéia, já aconteceu de um empregado que foi avaliado pelo DOM (extinta CDCD) acabar sendo hospitalizado depois de ter entrado em conflito com o seu avaliador. O problema é tão sério que a ocorrência médica foi considerada acidente de trabalho, caracterizando a situação gerada em função da avaliação como a causa do distúrbio. O empregado segue hospitalizado.

O que está ocorrendo é que as avaliações estão sendo feitas fora dos critérios devidos. No caso do celesquiano que adoeceu, a avaliação não foi feita segundo a normativa, sendo o envolvido avaliado com critério diferente.

Mas o problema não é só esse. Na mesma área, de cinco empregados, quatro discordaram da avaliação e entraram com recurso. Há quem diga que o problema todo está em um ex-chefe que perdeu a sua FG e agora estaria tirando a desforra de seus ex-subordinados.

Se fosse esse um caso isolado os problemas não seriam tão grandes. A questão toda é que o procedimento que vem sendo adotado faz com que, na prática, a avaliação fique com a versão das chefias, e os recursos acabam sempre na mão do chefe maior e, por fim, nas comissões mistas que são coordenadas por chefes. Ou seja, o empregado não tem a menor chance... Nada disso ocorreria se tivesse sido implementada a proposta de planos de carreira original, elaborada pelos empregados.

Sindicato dos Eletricitários Fpolis

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO EM 31/07/89

RECEITAS.....	367.828,32
DESPESAS.....	212.565,02
INVESTIMENTOS.....	11.932,00
SUPERÁVIT DO PERÍODO.....	143.331,30
(+) DISPONÍVEL EM 31/12/88.....	14.603,76
TOTAL DO DISPONÍVEL.....	157.935,06
DEMONSTRATIVO DO DISPONÍVEL	
CAIXA.....	752,17
CEF CTA. MOVTO.....	11.947,47
CEF CTA. POUPANÇA.....	125.826,95
CEF. CTA. SINDICAL.....	48,15
APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	19.360,32
TOTAL.....	157.935,06

Florianópolis, 31 de Julho de 1989

INTERSINDICAL BASE ELETROSUL — MÊS 07/89

Saldo disponível em 06/89 (conta 221-9).....	NCz\$	5733,56
Saldo disponível em 06/89 (conta 221-9-Azul Remun.).....	NCz\$	174.929,92
Total depositado.....		
Total pago.....	NCz\$	4.802,21
Saldo conta 221-9 (Conta Corrente).....	NCz\$	5.731,35
Saldo Geral conta 221-9 (OVER).....	NCz\$	218.636,88
Total geral conta 221-9 = NCz\$ 5.731,35 + NCz\$		
218.636,88 =	NCz\$	224.368,23

CONTA ESPECÍFICA PARA CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÕES — CELESC (0,5% Mensal.)

Recebido mês 07/89.....	NCz\$	10.081,40
Depositado conta 11674-6.....	NCz\$	12.900,00
Saldo conta 11674-6 (poupança).....	NCz\$	16.698,80

Intersindical volta a discutir os 17,94% com a ELETROSUL

O desconto de 17,94% feito nos salários dos empregados da ELETROSUL entrou em questão novamente na reunião em que a Intersindical entregou a pauta de reunião de reivindicações à Diretoria da Empresa. Na ocasião, os representantes da Empresa afirmaram que a extensão do pagamento da URP de fevereiro a todos empregados fez com que acontecesse um estouro de orçamento "obrigando a Empresa a fazer o desconto".

No entanto, a ELETROSUL afirma que é a única empresa que vem pagando a URP de fevereiro, e está seria a razão pelo qual as demais empresas não efetivaram o desconto. Conforme os representantes da ELETROSUL, se alguma outra empresa passar a pagar a URP, será providenciado o pagamento do valor descontado.

A Intersindical vai continuar questionando o pagamento do valor descontado, inclusive no Fórum Nacional dos Eletricistas.



Acordo Coletivo

Luiz Cézare Vieira
Diretor do Sindicato dos Engenheiros

Acordo Coletivo. Época de acerto de contas com nossos salários correndo dia-a-dia pela fúria hiperinflacionária. Época de efusão de anseios, esperanças, emoções, mobilizações.

Conquista histórica dos trabalhadores, hoje direito elementar, constitucional, o Acordo Coletivo, em tese, é um contrato fundamentado no diálogo racional Empresa/Sindicato. Inviabilizado este diálogo o Acordo transforma-se em Dissídio na Justiça do Trabalho.

A participação neste processo define os níveis de consciência e de responsabilidade da categoria. Consciência que rompe com o individualismo, atualizando nossa condição enquanto categoria (os eletricitários tomando consciência de si), e a responsabilidade ética perante nós mesmos e os outros, perante a vida.

E quanto aos que voluntariamente, tangidos pela apatia e o medo recusam-se a esta participação ao mesmo tempo fundamental e elementar? Estes enquadram-se perfeitamente naquele tipo de ser definido anteriormente em sugestivo artigo publicado neste mesmo espaço: o ser omissor.

Na verdade, todos nós somos frutos de uma modernidade que cada vez mais fragmenta e aliena os indivíduos. As garras do corporativismo submetem e dilaceram as asas de nossa consciência.

Nossa visão de mundo é limitada e reagimos apenas aos fatos que afetam a imediatidade do cotidiano.

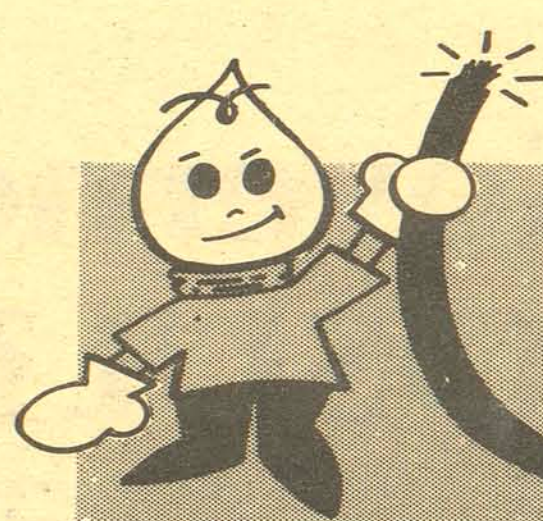
O mundo real desaparece sob nossos pés, dando lugar a um mundo de sombras, aparências, símbolos e signos.

A manipulação que a classe dominante exerce sobre a maioria da população é evidente. Quem conseguiu ler impassível, sem ímpetos de indignação, a reportagem da revista Isto É, que descreve a criação pela TV Globo do símbolo "caçador de marajás", impondo, através do monopólio dos meios de comunicação, um candidato sintonizado com os interesses menores de uma classe? Mas este é apenas um fato neste mar de lama que afoga o Brasil.

O Acordo Coletivo é uma esfera necessária e imprescindível de nossas vidas. Define salários, relações de trabalho, enfim, define os meios objetivos para a afirmação da dignidade humana.

Nosso fazer social, nossa consciência, no entanto, deve extrapolar este limite, pois estamos inseridos numa totalidade maior que a Empresa na qual trabalhamos. Devemos exercer a plenitude de nossa individualidade enquanto seres autônomos que criam e escolhem alternativas reais para a vida.

Alternativas que encaminham a humanidade para um patamar superior de existência.



O JORNAL ELETRICITÁRIO

21/09/89

Intersindical Eletricistas SC

JORN. RESP. DRT/RS 6166

Nº 69

Campanha Salarial:

Dia 22, celesquianos realizam assembleia estadual em Lages

Há um mês exato a Empresa está de posse da pauta de reivindicações da Campanha Salarial dos celesquianos desse ano. Já ocorreram duas reuniões de negociação. Nesses encontros alguns itens da pauta foram comentados, mas nenhuma proposta completa foi apresentada pela CELESC. Os empregados sabem que sem uma proposta com-

pleta incluindo os índices de reajuste salarial não há negociação e sem negociação não se chega ao acordo. Esse ponto foi reafirmado por todas as Assembleias realizadas pela Intersindical.

Os celesquianos estão ansiosos por apreciar a proposta que a Empresa tem que apresentar ainda essa semana. Eles definiram que vão

fazer isso juntos, numa Assembleia Estadual em Lages, nesse sábado, dia 22, às 14 horas.

PARTICIPE

Ninguém pode faltar a essa Assembleia. Ela vai definir os novos rumos da Campanha Salarial e isso interessa a todo celesquiano. Procure o seu Sindicato e conheça os esquemas de viagem.

Sem-terra:

Governo não quer negociar solução

A morte de um agricultor com um tiro pelas costas e vários feridos gravemente foi o saldo da invasão da Polícia Militar ao acampamento de trabalhadores rurais Sem-Terra em Palma Sola, no último sábado. O massacre de 500 famílias só não aconteceu porque os colonos não resistiram e deslocaram-se para uma outra área que foi emprestada por um pequeno proprietário. Mesmo distante mais de um quilômetro da área em litígio, os colonos continuam cercados pela PM, sob ameaça de nova expulsão.

O problema dos Sem-Terra é, sem dúvida o problema político-social mais sério do Estado no momento. São mil e setecentas famílias de agricultores que aguardam um assentamento definitivo pelo INCRA. A maioria desses pequenos agricultores entregou as suas terras aos bancos por não poderem pagar os juros altíssimos impostos no fim do Plano Cruzado, ou tiveram as suas propriedades englobadas pelo



latifúndio e pelas empresas rurais, que possuem atualmente 82% do solo do Estado.

O Governo, que foi ágil e firme para mandar despejar os colonos, patrocinando a violência, nega-se a negociar uma solução para o problema. Na manhã de ontem, enquanto a PM se preparava para promover outro despejo em Abelardo Luz, o Governador Pedro Ivo se negou a receber a comissão de políticos e 36 entidades interessadas em resolver este problema. Para que serve este Governo? A quem serve este Governo?

O movimento dos Sem-Terra tem a legitimidade da Constituição, que instituiu uma reforma agrária que o Governo não cumpre. Ilegítimo é o Governo com o seu desrespeito à vida, com o seu descaso, com os seus interesses escusos, com a sua truculência e sua violência. Aliás, a pior de todas as violências é a violência institucional, pois ela é premeditada, racional e consciente.

Florianópolis:

Sindicato faz aniversário, a festa será sexta

No dia 27 de setembro o Sindicato dos Eletricistas de Florianópolis completa 28 anos de existência. Mas a comemoração vai ser no dia 23, sexta-feira, na ABECELESC (praia da Armação), a partir das 20 horas. As 19 horas sairá um ônibus com

destino à festa, em frente da Catedral. A comemoração vai ser embaçada pelo pessoal do Consulado do Samba.

Entre nesta festa e comemore os 28 anos de luta!

26,06%:

Justiça manda pagar. Governo quer pagar. E a ELETROSUL?

A Juíza da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento, Sandra Marcia Vambier, acolheu no dia 11 o pedido do Sindicato de Florianópolis e concedeu o gatilho de 20% a partir de julho de 87, aos empregados da ELETROSUL. Nessa primeira instância do processo ficaram garantidos o pagamento dos atrasados bem como a incorporação do índice aos salários. A Intersindical procurou a ELETROSUL dia 18, pela manhã. Na opinião da DA a Empresa já pagou os 26,60% com outro título.

DUAS RAZÕES

Para a Intersindical existem dois fatos que comprovam que o índice não foi pago. Na greve do ano passado o TST ofereceu os 26,06% aos empregados da ELETROSUL. A Empresa con-

cordou em pagar em troca do esquecimento de dois anos de atrasados e algumas cláusulas da pauta. Os Sindicatos não aceitaram. Na Justiça a assessoria econômica da ELETROSUL argumenta que "a Empresa está impedida pelo governo de efetuar o pagamento". Mais uma prova de que não pagou.

NEGOCIANDO

O expurgo dos 26,06% — inflação de junho de 87 — dos reajustes salariais, provocado pelo Plano Bresser, constitui uma das maiores dívidas das Empresas Estatais cobradas na Justiça por seus empregados. Este é o entendimento da Ministra do Trabalho, a qual declarou na Folha de São Paulo do dia 10 que o governo "optou por

reconhecer a dívida e está negociando uma forma de pagamento, antes da cobrança judicial".

COMPROMISSO

O Sindicato entrou com essa ação em julho de 88, pedindo o pagamento do gatilho de julho de 87, mais 6,06% a partir de setembro até a data-base, conforme a legislação salarial da época. Já no acordo de 87, a cláusula 6ª da carta de compromisso, concordava que os 26,06% seriam pagos assim que fossem reconhecidos pelas autoridades federais. O TST já concedeu esse direito aos empregados do Banco do Brasil, da Vale do Rio Doce, da Petrobrás, etc. Também o TRT garantiu os 26,06%, que sumiram com o Plano Bresser, para a CELESC e muitas outras Empresas.

CELESC:

Confirmado outra vez o Direito à reintegração

O Tribunal Regional do Trabalho confirmou mais uma vez o direito à reintegração dos empregados demitidos pela CELESC. Mais dois empregados obtiveram uma decisão favorável.

ELETROSUL:

Reconhecidos os direitos dos contratados efetivados

A Junta de Conciliação e Julgamento concedeu duas decisões favoráveis, envolvendo cinco empregados contratados da ELETROSUL. Eles obtiveram o reconhecimento do vínculo empregatício. Destes, quatro já haviam sido admitidos formalmente pela Empresa. Com o resultado do processo, ficou reconhecido o tempo de serviço prestado à ELETROSUL, além de diferenças salariais, anuênios e vantagens concedidas ao pessoal efetivo.

ENTRE NA JUSTIÇA

Os empregados contratados da ELETROSUL que foram efetivados no dia 1º de junho possuem o direito de reivindicar judicialmente o reconhecimento do vínculo empregatício do período anterior, bem como diferenças salariais, anuênios e demais benefícios recebidos pelos empregados contratados diretamente pela Empresa. Os interessados em encaminhar a ação devem procurar a assessoria jurídica do Sindicato de Florianópolis.

ELETROSUL já recebeu a pauta de reivindicações

Na segunda-feira que passou a Intersindical entregou à ELETROSUL a pauta de reivindicações referente a Campanha Salarial deste ano. Os pontos da pauta foram discutidos em assembleias em todas as áreas da Empresa e em duas plenárias de base.

Agora é aguardar o início das negociações e colocar "o bloco na rua" pois em uma campanha salarial não existe nada mais forte do que a mobilização da categoria.

Sede da CUT foi arrombada: Invasores só vasculharam documentos

Dia 15, Odilon não pode iniciar sua jornada de trabalho às oito horas como de costume. As marcas em volta da fechadura e os pedaços de reboco pelo chão indicavam que algo havia acontecido na sede da CUT Estadual em Florianópolis. Dez minutos depois, na companhia de Luci Ley, que também trabalha na CUT, ele entrou na casa. Tudo havia sido vasculhado: gavetas abertas, documentos espalhados pelo chão, arquivos revirados.

VERIFICANDO

Parece que o visitante noturno estava ávido por leitura e nada mais. À luz de velas, ele verificou tudo o que havia na casa, minuciosamente, e depois saiu com um pacote de açúcar e três de café. Não lhe interessou os NCz\$ 250,00 em dinheiro, cheques em branco, um cheque assinado,

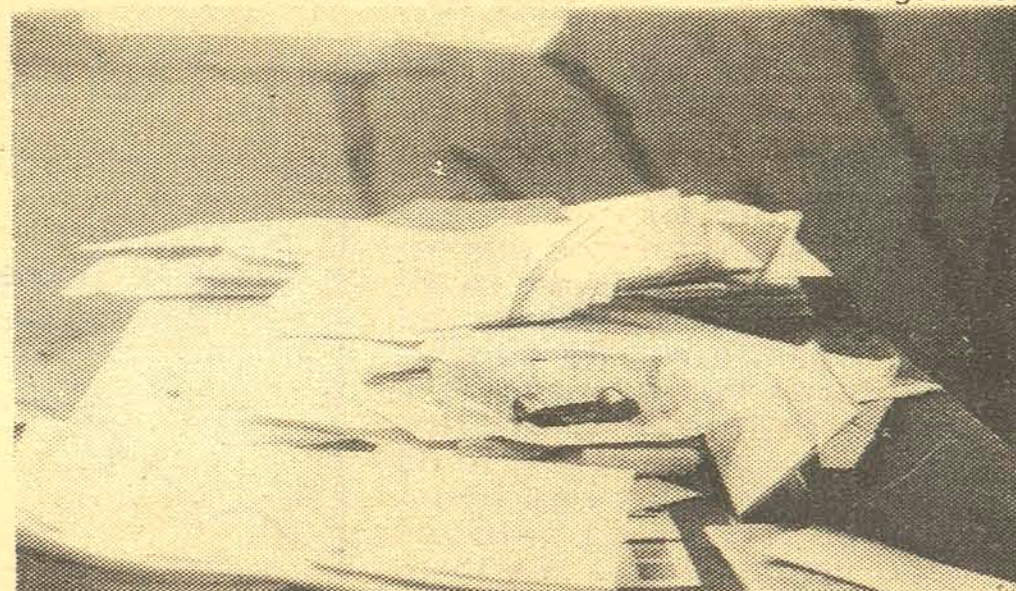


Foto: Rosângela Bion

Arquivos foram revirados

uma máquina elétrica, uma manual, uma calculadora e fitas de vídeo.

ATENTADO

Ainda assim a Polícia Técnica Estadual pensa estar diante do trabalho de um homem forte oriundo de algum morro das redondezas, que de posse de um pé-de-cabra, ou similar, efetuou o arrombamento.

Essa hipótese só não leva em conta que

um homem desse tipo não desprezaria o dinheiro em caixa e que encenar serviço de amorador é um velho recurso da arte de despistar. Foi agarrada nessa certeza que a polícia pode concluir que o ocorrido "nada tinha a ver com política, ou terrorismo". Mas afinal, o que mais se pode esperar de uma vitória de 15 minutos, que deu o assunto por encerrado.

CELESC mobilização garante vitória até contra o TST

Em 1987, o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina concedeu aos empregados da CELESC, além da correção integral dos salários pelo IPC, produtividade de 10% e acréscimo salarial de 6,91%. A mobilização da categoria, que estava disposta a entrar em greve caso não fosse cumprida a decisão do Tribunal fez com que a empresa, em 24 horas, efetuasse o pagamento dos 10% dos 6,91%.

Passados dois anos destes fatos, o Tribunal Superior do Trabalho, em rapidíssima sessão, baixou a produtividade de 10% para 4% e eliminou da decisão do Tribunal o acréscimo salarial de 6,91%.

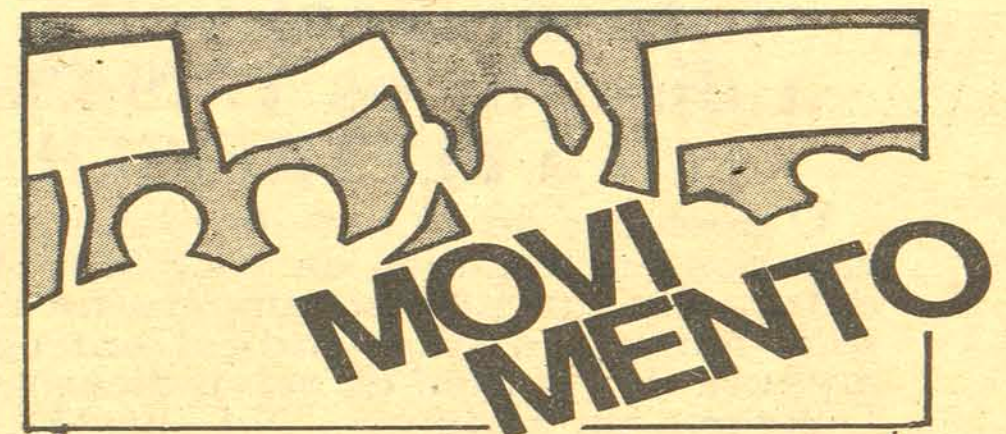
O que isto significa aos empregados da CELESC? Absolutamente nada pois estes percentuais que o Tribunal Superior do Trabalho retirou já foram pagos pela empresa, que embora tenha obtido vantagem em seu recurso, nada pode fazer. A lei é clara neste sentido: O provimento de recurso de Empresas em dissídios coletivo, "não importará na restituição dos salários ou vantagens pagos" (Lei n. 4.725/65).

Questionada a conduta da comissão que apura os fatos

Na reunião em que a Intersindical entregou a pauta de reivindicações à ELETROSUL, entrou em discussão as irregularidades administrativas que estão ocorrendo no Sertão, onde Clóvis Costa chefia o DMS.

A Intersindical questionou, inclusive, a atuação da comissão criada para apurar os fatos, pois sua conduta tem caracterizado a intenção de responsabilizar pelas ocorrências as pessoas que estão sendo atingidas pelos acontecimentos.

O presidente da Empresa garantiu que vai retomar a discussão sobre o tema com os sindicatos tão logo retorne da viagem. O Intersindical já formalizou a sua preocupação através de uma carta à ELETROSUL.

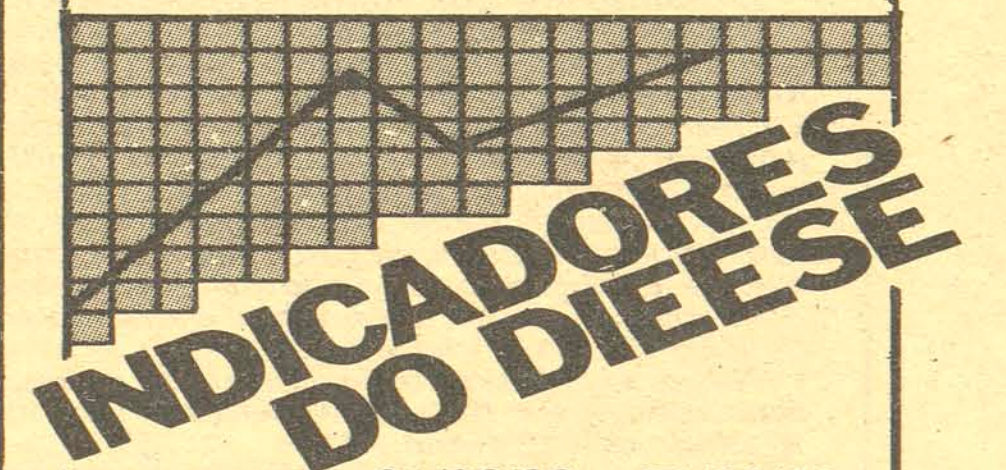


Greve

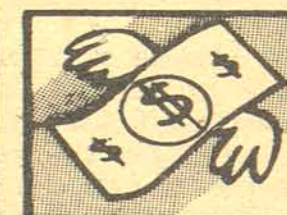
Até o dia 19, os bancários de todo o país vão realizar assembleias, para no dia 20 entrarem em greve. Até agora só dois bancos fecharam acordo: O BANE e o BERON. O BANE concedeu um reajuste de 110%, pagamento quinzenal e piso de NCz\$ 1.672. No BERON o reajuste foi de 79,67%, mais NCz\$ 17,00 de ajuda alimentação diária e NCz\$ 1.186 de piso. Já os besquianos estão enfrentando uma das mais complicadas Campanhas Salariais. Na décima rodada de negociação o Banco suprimiu ou alterou 28 cláusulas que já haviam sido acordadas. Um Comando Estadual de Funcionários está propondo a rediscussão de 10 cláusulas.

Sem Receita

Cerca de 300 funcionários da Receita Federal estão parados em todo Estado. Os empregados de Santa Catarina entraram em greve dia 19, aderindo ao movimento da categoria iniciado dia 13 pela aprovação do Plano de Carreira. O projeto do Plano está na Seplan - Secretaria do Planejamento - e enquanto não for para o Legislativo o movimento dos funcionários deve continuar. Em todo o país ele já atinge 17 Estados.

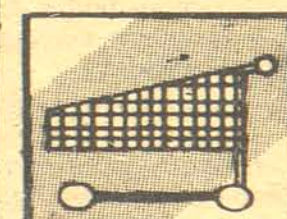


01/08/89 a 31/08/89



AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 35,01%
1 a 5 Salários - 35,48%
1 a 30 Salários - 36,32%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- NCz\$ 143,86



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- NCz\$ 1.380,27